



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer Técnico IEF/NAR ITUIUTABA nº. 23/2022

Belo Horizonte, 15 de março de 2022.

#### PARECER ÚNICO

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA	CPF/CNPJ: 18457226/0001-81
Endereço: AV. REINALDO FRANCO DE MORAIS, nº1455	Bairro: CENTRO
Município: SANTA VITÓRIA	UF: MG
Telefone: (34) 3251-8500	CEP: 38.360-000
	E-mail: meioambiente@santavitoria,mg.gov.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?  
( ) Sim, ir para item 3      ( X ) Não, ir para item 2

##### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: VÁRIOS PROPRIETÁRIOS (DOCUMENTOS EM ANEXO AO PROCESSO)	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
	E-mail:

##### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA ALVORADA	Área Total (ha): 82,8475
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 13.645	Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-E25E1851481D416396A9CD62CEFEEDBB	

##### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
INTERV. EM APP COM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA (URBANA E RURAL)	1,72	HA
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA (URBANA E RURAL)	0,46	

##### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
INTERV. EM APP COM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA(URBANA E RURAL)	0,00	HA	591251	7916229
INTERV. EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEG. NATIVA(URBANA E RURAL)	0,00		591228	7916253

##### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
OBJETIVO DE CONSTRUIR UMA BARRAGEM NA APP PARA PODER AMORTECER AS ÁGUAS DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA E SECUNDARIAMENTE ENRIQUECER O PAISAGISMO URBANO E FORNECER OPÇÃO DE LAZER PARA A POPULAÇÃO.	COM SUPRESSÃO (URBANA E RURAL)	1,72
	SEM SUPRESSÃO (URBANA E RURAL)	0,46

##### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
CERRADO	CERRADO	SUPRESSÃO DE	0,00

CERRADO	OUTROS	VEGETAÇÃO NATIVA NO TRECHO DE INTERVENÇÃO EM APP	0,00
		(APP CONSOLIDADA)	

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
LENHA		51,99	M³

1.HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 06/01/2022

Data da vistoria: 20 /01/2022

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico:15/03/2022

2.OBJETIVO

TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM UMA ÁREA DE 1,72HA E INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,46HA COM O INTUITO DE CONSTRUIR UMA BARRAGEM NA APP PARA PODER AMORTECER AS ÁGUAS DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA E SECUNDARIAMENTE ENRIQUECER O PAISAGISMO URBANO E FORNECER OPÇÃO DE LAZER PARA A POPULAÇÃO.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A INTERVENÇÃO REQUERIDA SERÁ REALIZADA NA FAZENDA ALVORADA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA-MG, A PROPRIEDADE POSSUI 82,8475 HA DE ÁREA TOTAL, EQUIVALENTES EM 2,76 MÓDULOS FISCAIS E TAMBÉM EM PERÍMETRO URBANO.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-E25E1851481D416396A9CD62CEFEEDBB

- Área total: 85,7500 ha

- Área de reserva legal: 1,1800 ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 1,8900ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 82,68ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X ) A área está preservada: 1,18ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 FRAGMENTO DENTRO DO PRÓPRIO IMÓVEL

- Parecer sobre o CAR:

*“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.*

#### **4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

*ESTÁ SENDO REQUERIDO UMA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 1,72HA E INTERVENÇÃO SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,46HA COM O INTUITO DE CONSTRUIR UMA BARRAGEM NA APP PARA PODER AMORTECER AS ÁGUAS DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA E SECUNDARIAMENTE ENRIQUECER O PAISAGISMO URBANO E FORNECER OPÇÃO DE LAZER PARA A POPULAÇÃO. AMBAS INTERVENÇÕES SERÃO REALIZADAS EM PERÍMETRO URBANO E RURAL.*

**Taxa de Expediente Intervenção com supressão de vegetação nativa: 496,94 reais pago em 27/10/2021**

**Taxa florestal da lenha: 287,07reais pago em 27/10/2021**

**Taxa de Expediente Intervenção sem supressão de vegetação nativa:: 607,38 reais pago em 27/10/2021**

#### **5.1 Das eventuais restrições ambientais:**

*[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]*

- Vulnerabilidade natural: baixa

- Prioridade para conservação da flora: MUITO BAIXA

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: NÃO EXISTE ÁREAS PRIORITÁRIAS

- Unidade de conservação: NÃO EXISTE

- Áreas indígenas ou quilombolas: NÃO

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### **5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

-Atividades desenvolvidas: INFRAESTRUTURA E LASER

- Atividades licenciadas: BARRAGENS OU BACIAS DE AMORTECIMENTO DE CHEIAS

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento:

#### **5.3 Vistoria realizada:**

*A VISTORIA FOI REALIZADA EM 20/01/2022, ACOMPANHADO DO SERVIDOR JOSÉ MARIA DE CASTRO JR.*

*VIMOS QUE A SOLICITAÇÃO DO REQUERENTE REALMENTE TRATA-SE DE INTERVENÇÃO COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 1,72HA E INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA EM 0,46HA. ESSA INTERVENÇÃO SE FAZ NECESSÁRIO PARA QUE O PROPRIETÁRIO POSSA CONSTRUIR UMA BARRAGEM NA APP PARA PODER AMORTECER AS ÁGUAS DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA E SECUNDARIAMENTE ENRIQUECER O PAISAGISMO URBANO E FORNECER OPÇÃO DE LAZER PARA A POPULAÇÃO. FOI COMPUTADO UMA VOLUMETRIA DE 51,99M<sup>3</sup> DE LENHA PARA ESSA SUPRESSÃO CONFERINDO COM O QUE ENCONTRAMOS NA PROPRIEDADE. AS PRINCIPAL ATIVIDADE DESENVOLVIDA NESSA PROPRIEDADE É A PECUÁRIA.*

##### **5.3.1 Características físicas:**

- Topografia: PLANA

- Solo: LATOSSOLO VERMELHO (SOLO ARENO-ARGILOSO)

- Hidrografia: ESSA PROPRIEDADE É BANHADA PELO CÓRREGO SANTA VITÓRIA, LOCALIZADO NA MICROBACIA DO RIO TIJUCO, PERTENCENTE A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA.

##### **5.3.2Características biológicas:**

- Vegetação: BIOMA CERRADO, COM FITOFISIONOMIA DE CERRADO, E O LOCAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO COM E SEM SUPRESSÃO SERÁ NA APP DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA PARA CONSTRUIR A BARRAGEM.

- Fauna: EXISTE TATU, COBRAS, SERIEMAS, VARIAS ESPÉCIES DE PÁSSAROS. NÃO VIMOS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO.

#### 5.4 Alternativa técnica e locacional:

AO LONGO DE TODO TRECHO DA APP NESSA PROPRIEDADE, ESSE LOCAL ESCOLHIDO É O ÚNICO TRECHO ONDE O CÓRREGO ONDE SERÁ FAVORÁVEL A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM QUE IRÁ AMORTIZAR O VOLUME DE ÁGUA DOS PERÍODOS DE CHEIA.

### 6. ANÁLISE TÉCNICA

ESSA INTERVENÇÃO É PASSÍVEL DE AUTORIZAÇÃO ESTANDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR LEI 20.922/13, ART. 16 e ART. 3, III, A.

#### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

NÃO EXISTE IMPACTO AMBIENTAL SIGNIFICATIVO, UMA VEZ QUE TRATA-SE DE UMA INTERVENÇÃO DE BAIXO IMPACTO, PARTE EM ÁREA ANTROPIZADA.

##### Medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação existentes nesta propriedade;
- Deverá preservar e conservar os remanescentes florestais e recursos hídricos;
- Deverá apresentar um PTRF para enriquecer uma área de preservação permanente de 2,18ha para acelerar a regeneração da mesma.

### 7. CONTROLE PROCESSUAL

#### I) Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por **Prefeitura Municipal de Santa Vitória**, conforme documentação dos autos, para INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 1,72HA e INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,46HA no imóvel rural denominado Fazenda Alvorada de matrícula nº 13645 e na zona urbana do município de Santa Vitória/MG.

2 – A propriedade informada no processo possui área total de 82,8475ha e conforme informada no CAR possui área declarada como reserva legal de 1,18ha. Ressalta-se que parte da área declarada como de reserva legal encontra-se em área de preservação permanente.

3 - As intervenções ambientais requeridas seriam nos seguintes moldes: para construção de barragem na APP para amortecer as águas do Córrego Santa Vitória e secundariamente enriquecer o paisagismo urbano e fornecer opção de lazer para a população. Foi informado no requerimento de intervenção ambiental que a atividade desenvolvida no empreendimento seria “barragens ou bacias de amortecimento de cheias - E-05-01-1”, que será passível de licenciamento ambiental simplificado na modalidade LAS RAS, nos moldes da Deliberação Normativa COPAM nº 217/17.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica.

#### II) Análise Jurídica:

5 - Ademais, de acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, documentos apresentados no processo em tela e observando-se as premissas legais vigentes, o requerimento de intervenção não é passível de autorização, uma vez que não está de acordo com a legislação ambiental vigente, **ou seja:**

6 -O imóvel rural denominado Fazenda Alvorada - Matrícula 13645, possui reserva legal demarcada no CAR, sendo que parte dela encontra-se em área de preservação permanente. E considerando que o art. 38 do Decreto Estadual nº. 47.749/2019 preceitua que:

Art. 38 – É vedada a autorização para uso alternativo do solo nos seguintes casos:

I – em imóvel no qual tenha ocorrido supressão de vegetação nativa não autorizada em APP, realizada após 22 de julho de 2008, sem que o infrator tenha cumprido a obrigação de promover a recomposição da vegetação ou buscado sua regularização;

II – em APP protetora de nascente, exceto em casos de utilidade pública;

III – nas áreas rurais com inclinação entre 25º (vinte e cinco graus) e 45º (quarenta e cinco graus), excetuados os casos de utilidade pública e interesse social;

IV – no entorno de olhos d'água intermitentes, no raio de 50m (cinquenta metros), excetuados os casos em que se admite intervenção em APP;

V – no imóvel rural que possuir área abandonada ou não efetivamente utilizada;

VI – nos locais de que tratam os incisos V a VIII do art. 9º da Lei nº 20.922, de 2013, excetuados os casos em que se admite intervenção em APP;

VII – no imóvel rural que possuir Reserva Legal em limites inferiores a 20 % (vinte por cento) de sua área total, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;

**VIII – no imóvel rural em cuja Reserva Legal mínima haja cômputo de APP, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;**

IX – no imóvel rural cuja área de Reserva Legal tenha sido regularizada mediante compensação, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;

§ 1º – Nas áreas urbanas e de expansão urbana, assim consideradas em plano diretor municipal ou lei específica de uso e ocupação do solo urbano, se aplica o disposto no inciso III do parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

§ 2º – Nas hipóteses previstas nos incisos VIII e IX, a possibilidade de autorizar a intervenção em área de preservação permanente, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013, deverá observar a obrigatoriedade de tratar previamente a alteração da localização da área de reserva legal intervinda, conforme previsto no art. 27 da Lei nº 20.922, de 2013.(grifo nosso)

7 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

8 - Com relação a atividade a ser desenvolvida no empreendimento “barragens ou bacias de amortecimento de cheias - E-05-01-1”, esta diverge da real atividade a ser desenvolvida “barragem de acumulação de água para abastecimento público, industrial e na mineração ou para perenização - E-03-01-8”, nos moldes da DN nº. 217/17.

### III) Conclusão:

9 – Ante ao exposto, considerando as informações prestadas no parecer técnico acostado aos autos, e em observância da legislação vigente, este Núcleo de Controle Processual da URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina pelo **indeferimento** das intervenções solicitadas, ou seja, **intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 1,72ha e intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,46ha**, e de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Observação: Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP com e sem supressão de vegetação nativa, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.**

É o parecer, s.m.j.

### 8.CONCLUSÃO

*“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO (INTEGRAL)** do requerimento de INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 1,72HA E INTERVENÇÃO EM APP SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM 0,46HA COM INTUITO DE CONSTRUIR UMA BARRAGEM NA APP PARA PODER AMORTECER AS ÁGUAS DO CÓRREGO SANTA VITÓRIA E SECUNDARIAMENTE ENRIQUECER O PAISAGISMO URBANO E FORNECER OPÇÃO DE LAZER PARA A POPULAÇÃO. AMBAS INTERVENÇÕES SERÃO REALIZADAS EM PERÍMETRO URBANO E RURAL.*

### 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

FOI APRESENTADO UM PTRF PARA ENRIQUECER UMA ÁREA DE MESMO TAMANHO DA ÁREA REQUERIDA EM APP QUE É DE 2,18HA QUE SERÃO EXECUTADOS NAS SEGUINTE MATRÍCULAS: MATRÍCULA 21.197, 21.792 E 13.645 .

“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, UMA área de 1,30HA NA MATRÍCULA 21.197, tendo como coordenadas de referência 591000 x; 7924747 y e 591050 x; 7924765 y, UMA área de 0,53HA NA MATRÍCULA 21.792, tendo como coordenadas de referência 591286 x; 7925937 y e 591246 x; 7925902 y E UMA área de 0,35HA NA MATRÍCULA 13.645, tendo como coordenadas de referência 591175 x; 7916205 y e 591215 x; 7916268 y,(UTM, Sirgas 2000), na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução.”ESSE PTRF APRESENTADO REFERE-SE AO PLANTIO DE TRÊS ÁREAS DISTINTAS.

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

NÃO SE APLICA

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	“Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, UMA área de 1,30HA NA MATRÍCULA 21.197, tendo como coordenadas de referência 591000 x; 7924747 y e 591050 x; 7924765 y, UMA área de 0,53HA NA MATRÍCULA 21.792, tendo como coordenadas de referência 591286 x; 7925937 y e 591246 x; 7925902 y E UMA área de 0,35HA NA MATRÍCULA 13.645, tendo como coordenadas de referência 591175 x; 7916205 y e 591215 x; 7916268 y,(UTM, Sirgas 2000), na modalidade DE PLANTIO, nos prazos estabelecidos no cronograma de execução.	Fazer um acompanhamento fotográfico semestral por um período de 3 anos
2		
3		
4		
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MAURO MOREIRA DE QUEIROZ  
CPF: 044.984.666-08

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Dayane Aparecida Pereira de Paula  
MASP: 1217642-6



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Gerente**, em 28/04/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidora**, em 28/04/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43523902** e o código CRC **E722D403**.